

Ensino de história e formação de professores: caminhos e experiências com educação patrimonial

RENATA MARIA TAMASO*

Nas últimas décadas o ensino de história tornou-se objeto constante de pesquisas e publicações, o que revela aumento de interesse pelo tema. Nestas publicações são abordadas inúmeras temáticas com destaque para os limites e a importância dos livros didáticos, a utilização de documentos e novas metodologias em sala de aula (BITTENCOURT, 2004; FONSECA, 2003; KARNAL, 2003; PINSKY, 2009; ABREU, 2008).

Tal interesse somente vem corroborar a importância da disciplina histórica na formação de indivíduos críticos e conscientes, como propõe os PCNs (MEC: 1998) para a disciplina.

Contudo, reflexões sobre a formação de professores na área de História, o relato de experiências e a temática da história local e regional, assim como a educação patrimonial – com raras exceções (PELEGRINI, 2006; ORIÁ, 1997) –, ainda carecem de mais atenção por parte das principais editoras e livrarias. Reflexões sobre tais temas ficam, na maioria das vezes, restritas ao campo acadêmico, aos espaços proporcionados pelos Simpósios e Congressos da área de História e Educação e, com poucas exceções, chegam ao grande público.

Os dados do EDUCACENSO (2011) apontam para a demanda de professores da Educação Básica em todas as áreas do conhecimento. A formação de professores para esta etapa da educação tornou-se urgente e o MEC/Capes instituiu programas específicos, dentre eles, destacamos a criação do Sistema Nacional de Formação de Professores, cujo objetivo é sanar tal problema. Isto se estende também à disciplina histórica, o que revela um aumento de cursos de Licenciatura em História nas últimas décadas – apesar da grande recorrência de cursos à distância e pólos para capacitação e formação de professores nas principais cidades do país.

É justamente por isso que optei por apresentar aqui minha experiência em Curso de Licenciatura em História. A experiência de trabalhar com formação de professores

* Docente do Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos. Doutora em História (UNESP/Assis) e Especialista em Planejamento e Marketing Turístico (SENAC/Águas de São Pedro – SP).

foi tão enriquecedora que - com a autorização dos ex-alunos (graduandos), apresentados aqui como co-autores¹ -, acabo por torná-la pública.

Interfaces entre formação de professores e educação patrimonial

Ao longo de três anos, a convite do Prof. Glauber Biazzo, Coordenador do Curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas Maria Imaculada, na cidade de Mogi Guaçu (a quem agradeço a oportunidade!), tive a satisfação de ministrar aulas nas disciplinas de Metodologia do Ensino de História I (Ensino Fundamental) e II (Ensino Médio). No total, acompanhei e desenvolvi atividades com quatro turmas, nos 5º. e 6º. semestres dos anos de 2008, 2009 e 2010.

Pela organização curricular das FIMI – entre o 2º. (segundo) e 4º. (quarto) Semestre do curso, os alunos deveriam desenvolver um artigo no modelo acadêmico sobre um tema de história regional. Posteriormente, no 5º. (quinto) Semestre, eles deveriam aplicar as conclusões da investigação na formulação de uma aula para o Ensino Fundamental (orientado pelo professor da disciplina de Metodologia do Ensino, no caso eu) e, no 6º. (sexto) Semestre, ele faria o mesmo, só que para o Ensino Médio.

A clara orientação do currículo escolar das FIMI para o desenvolvimento de um pólo regional de estudos históricos apresenta-se no parágrafo anterior e foi consolidada com o Centro de Pesquisas e Documentação Regional – CEPEDOR, criado em 2008. Desta forma, o material coletado pelos graduandos para desenvolvimento do artigo passou a fazer parte do acervo do CEPEDOR e estimulou a pesquisa sobre História Regional. Desde então, temas de interesses diversos, como trabalho, meio ambiente, movimentos sociais, relações de poder, imprensa, etc., passaram a ser foco de atenção dos graduandos. Nesse contexto, inserem-se também os temas relacionados à memória, ao patrimônio, às artes e à cultura o que colaborou para me aproximar da educação patrimonial.

¹ Devido ao pequeno espaço, apresentaremos aqui apenas as aulas dos seguintes graduandos: Antônio Alves, Carlos Damico, Daniel B. Massuia, Daniela A. Granziera, José Ricardo D. Sandoval, Valdemir Ferreira e Valderes M. Coarini. Mas deixo aqui meus profundos agradecimentos a todos os alunos das FIMI com quem pude conviver e trocar tão ricas experiências.

Segundo Evelina Grunberg, por educação patrimonial devemos entender o ensino centrado nos bens culturais, com uma metodologia que toma estes bens como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica e que considera os bens culturais como fonte primária de ensino (GRUNBERG, 2010: 05).

Mais que isso ainda, segundo Maria de Lourdes Horta, educação patrimonial constitui-se “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, tornando-se um poderoso instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mesmo, na revalorização e reconquista de sua própria cultura e identidade, fazendo com que ele transforme-se em principal agente de preservação.

Em suas palavras: “é um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica - temporal em que está inserido.”

Para ela, “o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”. (HORTA, 1999:06)

A educação patrimonial como metodologia de ensino é, assim, um processo constante de ensino-aprendizagem que tem por objetivo central e foco de ações o Patrimônio. Sendo assim, quanto mais próximos os objetos de estudo, maior será a chance para que as relações de identidade se estabeleçam entre sujeito e objeto de estudo. Logo, a história local e regional passa a ser o centro nas reflexões a serem desenvolvidas entre comunidade escolar – sociedade – história ².

Neste contexto, é importante que o professor trabalhe com o universo imediato do aluno, seu hoje, sua família, seu meio ambiente, seu lugar e sua história. Segundo Grunberg, “da mesma forma que a criança aprende sobre seu presente e parte dele para o passado, faz o movimento de conhecê-lo e dá-lhe valor, é na comparação que se desenvolvem as suas opiniões e seu senso crítico” (GRUNBERG, 2010: 12)

Para Grunberg, a metodologia da educação patrimonial tem um amplo campo de atuação e propõe não somente uma nova maneira de utilização dos bens culturais do

² Sobre Educação Patrimonial ver outras obras: CASCO, s/d; CERQUEIRA, 2008; QUEIROZ, 2004; SOARES, 2003 e 2008.

passado e do presente, como também uma nova postura por parte do educador. Incorporando bens culturais ao processo de ensino-aprendizagem a educação patrimonial auxilia na difícil tarefa de construção do conhecimento e, conseqüentemente, na *reconstrução* da história.

Depois desse rápido parêntese, mas necessário, sem mais demora, cabe colocar que as atividades desenvolvidas pelos graduandos para minha disciplina, eram também acompanhadas pela Profa. Terezinha Peres, responsável pelo estágio supervisionado, a quem aqui deixo meus profundos agradecimentos, pela paciência e pela humildade na troca de saberes e experiências tão ricas para uma iniciante nessa seara. Cabe, entretanto, esclarecer que apesar de estar iniciando minha experiência docente em nível superior na área do ensino de história naquele momento, há muito já vinha ministrando aulas como professora da rede pública e particular no Estado de São Paulo, somando uma grande experiência com diversos sistemas de ensino e materiais didáticos³. Sendo assim, me sentia agora desafiada a desenvolver outras experiências docentes, e Dona Terezinha, como carinhosamente todos a chamam, não podia ser pessoa melhor para me acompanhar e orientar em minhas dúvidas e angústias.

Desta forma, as atividades desenvolvidas para minhas aulas também serviam como horas de APCs (Atividades Práticas Curriculares) e deviam ser relatadas pelos alunos em suas pastas de Estágio Supervisionado. Ao final do ano letivo, nós duas devíamos vistar as pastas e aprovar ou não os alunos.

Em síntese nossas atividades estavam assim organizadas:

Passo1 – escolha do tema da aula, ligado à história regional – eventos históricos (como a enchente em Mogi Guaçu nos anos de 1970, industrialização de Mogi Guaçu na década de 1950, emancipação política de Estiva Gerbi nos anos 90, entre outros), memória (a importância do Rio Mogi Guaçu para os moradores da cidade, entre outros), patrimônio (a Estação Ferroviária de Mogi Mirim, a

3 Sobre isso, apresentei na VI Semana de História e IX Encontro Regional ANPUH/GO - UFG/2006, reflexões com título “O Ensino de História e a prática docente em sistemas de ensino diferenciados: ‘velhas’ e ‘novas’ experiências. Em 2007, participei de Mesa- Redonda na I Semana de História nas Faculdades Integradas Maria Imaculada (FIMI), em Mogi Guaçu, cujo tema foi “Ensino de História: teoria e prática”, apresentando o seguinte texto “O Café em Pinhal; história e cultura – uma experiência em sala de aula”.

Fábrica de Chapéus em Itapira, entre outros) movimentos sociais (o rock em Mogi Guaçu, entre outros) etc.;

- Passo 2 – escolha de um documento histórico para ser trabalhado em sala de aula - documentos escritos (artigos de jornais, atas de Câmara Municipal, etc.) e/ou não escritos (fotografia, relatos, cultura material, etc.) e que fizesse parte do artigo acadêmico a ser apresentado pelo graduando para conclusão do curso;
- Passo 3 – levantamento e orientação bibliográfica (leituras sobre o tema e a metodologia a ser utilizada, por exemplo: utilização de documentos escritos e não-escritos em sala de aula)
- Passo 4 - verificação junto à Proposta de Ensino de História do Estado de São Paulo sobre conteúdos e séries em que as aulas seriam ministradas;
- Passo 5 – escolha de conceitos a serem trabalhados (memória, cidadania, trabalho, patrimônio, cultura, processo histórico, lugar, etc.);
- Passo 6 – Elaboração do Plano de Aula, contendo: tema, objeto de estudo, série, duração da aula, objetivos, justificativa, conceitos, competências e habilidades, conteúdo programático, metodologia (etapas e recursos), proposta de atividade e bibliografia.
- Passo 7 – Apresentação da Aula para os colegas graduandos, debate e comentários da professora
- Passo 8 – Entrega de material de aula para Profa. Responsável pelo Estágio Supervisionado - Dona Terezinha Peres
- Passo 9 – Vistos e aprovação.

Feitas tais considerações iniciais, apresento três dessas propostas de aulas desenvolvidas pelos alunos graduandos em História, com meu acompanhamento. Os planos de aula⁴ tiveram como objetos de estudo, temas de história local – regional (festas populares, patrimônio edificado, memória, identidade, etc.) e foram trabalhos em formas diferentes de documentos históricos, quais sejam: cultura material e imaterial e fotografia.

⁴ Cabe esclarecer, que os planos aqui apresentados passaram por uma padronização para que fosse facilitada sua compreensão, sem, contudo, sofrerem alterações na sua essência. Também optamos por alterar a fonte, como forma de destacá-los de nossas reflexões.

Metodologia do ensino de História e experiências com a educação patrimonial⁵

Plano de Aula 1⁶:

Tema: Escravidão e abolição; formas de resistência; o fim do tráfico e da escravidão

Objeto de estudo: *A Congada de São Benedito como forma de resistência pacífica dos negros* (cultura imaterial)

Série: 7ª. série – Ensino Fundamental – 4º. Bimestre

Objetivo: proporcionar aos alunos meios para refletirem sobre o sincretismo religioso que se constitui por meio da junção de elementos da tradição africana com devoções cristãs; apresentar formas diferenciadas de resistências dos negros à violência da escravidão.

Duração da Aula: 50 minutos

Conceitos: memória, identidade, cidadania

Conteúdo Programático:

1. Apresentação do tema
2. Apresentação de documentário: Quilombola na Escola 2007 - Congada de São Benedito Mogi Guaçu Comunimax Produções CD.
3. Formas de resistências do negro e a história da Congada de Mogi Guaçu
4. Conceituar cultura imaterial

Justificativa: o objeto escolhido se enquadra no tema apresentado na proposta curricular do Estado de SP.

Competências e habilidades e serem trabalhadas:

C - Sentir-se um sujeito responsável pela construção da História

H - Praticar o respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, religiosas, políticas.

H - Posicionar-se diante de fatos presentes a partir da interpretação de suas relações com o passado.

Metodologia (Etapas da aula):

1. Apresentação do tema com uma música de Congada
2. Apresentação de documentário
3. Reflexões sobre o tema
4. Atividade

Recursos Didáticos: som, TV/DVD, lousa e giz.

Reflexões sobre a aula:

O objeto de estudo apresentado acima é extremamente rico na medida em que permite aos alunos compreender melhor a história dos negros no Brasil. A aula sobre a Congada além de desvendar aos alunos um *outro* olhar sobre o processo de escravidão por meio de sua lutas e formas diferenciadas de resistências, trouxe para o espaço da sala de aula o tema da história e cultura afro, considerando sua importância para a

⁵ Os planos de aulas aqui apresentados estão grafados em fonte Calibri, tam 10, como forma de diferenciá-los do nosso texto.

⁶ Aula apresentada por José Ricardo D. Sandoval e Carlos Damico, 6º. Nível, Licenciatura em História, FIMI - Mogi Guaçu, 2008.

formação sociocultural brasileira. Os sons, o ritmo, as sociabilidades, as relações de gênero, os instrumentos musicais, etc. servem como importantes objetos de estudo e reflexão sobre tais contribuições e sua apropriação em solo brasileiro.

Assim, como afirma Ricardo Oriá Fernandes, “é nesse contexto que se insere a questão relativa à valorização da diversidade étnico-cultural de nossa formação no sistema educacional brasileiro, no qual desponta a inserção de temáticas e conteúdos programáticos sobre a história da África e do negro em nosso país.” (ORÍÁ FERNANDES, 2010:381)

Cabe colocar neste contexto a aprovação da Lei no. 10.639 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”. A partir desta lei, tornou-se obrigatório no currículo escolar da educação básica o “estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (art. 26-A, § 1º). Ademais, tal objeto de estudo permite a prática da interdisciplinaridade, já que o tema perpassa o interesse de várias disciplinas além da História, tais como: Artes, Literatura, Geografia, etc.

Segundo as orientações do MEC, a escola tem um papel fundamental a desenvolver neste processo, já que espaço de múltiplas experiências, de convivências e práticas, é imprescindível o “recurso ao Outro, a valorização da alteridade como elemento constitutivo do Eu, com a qual experimentamos melhor quem somos e quem queremos ser.” (MEC, PCNs, Temas Transversais, 1998:123)

Segundo Moacir Gadotti,

a diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada. (...) Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa, sobretudo diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais.” (GADOTTI, 1992. Apud ORÍÁ FERNANDES, 2010: p. 386)

Além destes, outros aspectos devem ser lembrados quando queremos justificar a importância de tal temática nas escolas. O “Dia Nacional da Consciência Negra”, comemorado em 20 de novembro em homenagem à memória do líder negro, Zumbi dos Palmares. Segundo Fernandes, esta é uma grande oportunidade “para os professores trabalharem as múltiplas formas de resistência do negro à escravidão que lhe foi imposta e que se materializou na formação de inúmeros quilombos no decorrer de nossa história.” (ORÍ FERNANDES, 2010: p.383-84)

Outro argumento, e este, sem dúvida, de maior densidade no campo do Ensino da História encontra-se na fala de João José Reis: “Enquanto o negro brasileiro não tiver acesso ao conhecimento da história de si próprio, a escravidão cultural se manterá no País.” (REIS, 1993: p. 189). Tal afirmação coloca nas mãos da escola, sobretudo, a difícil tarefa de minimizar diferenças históricas mais do que enraizadas na sociedade brasileira.

Para o MEC, o convívio no espaço escolar colabora para que se apure a percepção que os alunos têm sobre as injustiças e manifestações de preconceito e de discriminação que recaem sobre si mesmos e os outros e contribui para que estes desenvolvam atitudes de repúdio a essas práticas (MEC, PCNs, Temas Transversais, 1998: 137).

Além disso, cabe lembrarmos a fala de E.P. Thompson: ao recuperar a experiência humana, homens e mulheres retornam como sujeitos. Não no sentido de ‘sujeitos autônomos, indivíduos livres’, e sim na qualidade de pessoas que vivem suas experiências dentro de determinadas relações, enquanto necessidades/interesses/antagonismos: “trabalham-nas em suas consciências e sua cultura de múltiplas formas, agindo sobre sua situação histórica a partir dessas reflexões” (PC - EH/SEE – SP, 1997: 13)

Plano de Aula 2⁷:

Tema: A República no Brasil – as contradições da modernização e o processo de exclusão, política, econômica e social das classes populares

Objeto de estudo: *A Estrada de Ferro em Mogi Mirim* (patrimônio edificado)

Série: 2^a. Série – Ensino Médio – 4^o. Bimestre

⁷ Aula apresentada por Antônio Alves, Daniela A. Granziera e Valderes M. Coarini, 6^o. Nível, Licenciatura em História, FIMI - Mogi Guaçu, 2009.

Objetivo: Conscientizar os alunos para a importância da memória histórica; salientar a importância do monumento além de sua estrutura; analisar a importância regional da Cia. Mogiana; caracterizar as diferentes fases da Estrada de Ferro de Mogi Mirim e seus diferentes significados para a população local.

Duração da Aula: 50 minutos

Conceitos: poder, processo histórico e memória

Conteúdo Programático:

1. Depois da visita ao prédio da Ferrovia (aula anterior), apresentar conceitos referentes a monumento histórico e memória;
2. Apresentação de imagens do monumento em diferentes épocas;
3. Reflexões sobre o significado das imagens e do monumento nas diferentes épocas
4. A importância da conservação do monumento para a preservação da memória local e regional;
5. Atividade

Justificativa: o objeto escolhido se enquadra no tema apresentado na proposta curricular do Estado de SP para a série e o bimestre indicados.

Competências e habilidades e serem trabalhadas:

C – Perceber que o fato histórico (dimensão micro) adquire sentido relacionado aos processos históricos (dimensão macro);

C - Identificar e criticar as construções da memória de cunho propagandístico e político.

H – Estabelecer relações entre as dinâmicas temporais: continuidade-ruptura, permanências-mudanças, sucessão-simultaneidade, antes-agora-depois;

H – Identificar o papel e a importância da memória histórica para a vida da população e de suas raízes culturais.

Metodologia (Etapas da aula):

1. Depois da visita ao prédio da Ferrovia, apresentação de imagens do monumento;
2. Reflexões sobre o significado das imagens e do monumento nas diferentes épocas;
3. Atividade

Recursos Didáticos: lousa, giz, retroprojetor, fotografia, documento escrito.

Reflexões sobre a aula:

O objeto de estudo apresentado acima permitiu uma grande participação por parte dos graduandos, trazendo à tona a discussão sobre o processo de patrimonialização dos bens históricos, ou seja, para quem interessa a preservação de determinados bens? A questão do interesse e dos jogos políticos e de poder que engendram o processo de tombamento de bens materiais e imateriais no Brasil foi posto em debate e o próprio objeto de estudo da aula – a Estação Ferroviária de Mogi Mirim – foi submetida a um olhar mais crítico, considerando além de suas funções, a quem interessou sua preservação e seu restauro? Temas como, memória, poder, cidadania fizeram parte dos debates e levaram os graduandos a despertarem para o tema.

A preservação de bens histórico-culturais nas cidades brasileiras vem sendo tema de inúmeros estudos em diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais nas

últimas décadas ⁸. No currículo escolar, a temática vem ganhando espaço com o apoio, principalmente, das Artes e o estudo de monumentos históricos edificados (bustos, prédios, praças, lugares, etc.) atendem a esta prática.

Cabe, entretanto, levantar junto aos alunos não apenas as características estéticas e de construção desse monumento, mas, sobretudo, o significado dele para a comunidade em geral e para grupos sociais em específico. Analisar ainda, a que grupos (social, político, econômico, étnico, etc.) ele está relacionado e que outras representações se constituíram a partir dele.

Para o MEC, o tratamento analítico e crítico de informações referentes à memória coletiva, pode levar os alunos a suprirem necessidades presentes na construção da sua identidade individual, assim como sociocultural e nacional (MEC, PCNs, Temas Transversais, 1998: 140).

Entretanto, é muito comum vermos professores optarem por levar alunos para visitarem imóveis representativos de uma época áurea de sua localidade. Imóveis oficiais (câmara de vereadores, delegacia de polícia, estação de trem, casarões de barões ou senhores de engenho, igrejas, etc.) representativos do poder da elite local – normalmente branca – sem, contudo, atentarem para monumentos, personalidades e outros lugares representativos de minorias étnicas. Espaços de sociabilidade, por exemplo, guetos, associações de bairro, clubes, igrejas, etc. são importantes objetos de investigação que podem atender a um olhar mais crítico sobre as relações sociais e de poder no espaço urbano, as diferentes construções simbólicas edificadas por cada grupo e suas interfaces junto aos próprios indivíduos e aos diferentes grupos.

Nesse contexto os PCNs afirmam:

dos indícios da arquitetura de uma, duas, três casas, ele pode construir seus próprios enunciados para caracterizar o estilo de habitação da época. Dos ornamentos observados nas igrejas e nos detalhes das obras de arte, ele pode remodelar e conferir os conhecimentos que já domina sobre o assunto, aceitando variações em vez de manifestações genéricas. E, conversando com os moradores que vivem e preservam o patrimônio histórico, pode incorporar um conjunto novo de representações. (PCNs, 1998: 93)

⁸ Sobre isso ver entre outros: TAMASO, Izabela M. **Em nome do patrimônio – representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB, 2007. Brasília/DF.

José Ricardo Oriá Fernandes faz uma crítica dura à forma como o patrimônio nacional vem sendo abordado nas escolas. Segundo ele, “o ensino de história, ao priorizar a construção da identidade nacional, tem sido bastante omissivo no tocante à valorização das culturas das minorias étnicas”. Além disso, o autor chama atenção para a falta de conhecimento das peculiaridades, das especificidades regionais que além de promoverem a continuidade deste olhar dominante – contribuindo “para a formação de preconceitos e estereótipos por parte dos próprios brasileiros”-, dificulta a construção de uma sociedade mais democrática, justa e igual (ORÍ FERNANDES, 2010: 386).

A construção dos espaços de sociabilidade dos afro-brasileiros em Espírito Santo do Pinhal/SP e suas representações foi um dos temas tratados em minha Tese de Doutorado. Nela, especificamente no Cap. II, busquei analisar o porquê da *não* inclusão pelo CONDEPHAAT, dos bens históricos edificadas pelos afro-brasileiros na cidade, como parte do Núcleo Histórico (TAMASO, 2005). Tal tema foi utilizado em aula nas FIMI como forma de alertar os alunos para a necessidade de se buscar outros focos de análise que não caiam no senso comum, e que sirvam como estratégias para a valorização do patrimônio cultural de minorias étnicas e sociais no Brasil, bem como para o fortalecimento das suas identidades e políticas de inclusão.

Sendo assim, sugiro como possíveis objetos de análise em sala de aula: a história de clubes, igrejas, terreiros, comércio local, praças públicas, obeliscos, conjuntos de casas de imigrantes ou colonos, senzalas, etc. – lugares que foram palco de histórias vivenciadas por personagens diversos, representativos de sonhos e frustrações, vitórias e derrotas, lugares de múltiplos sons, cores e ritmos. Lugares de sociabilidades diversas, onde a história se constrói e reconstrói a cada dia, nos olhares curiosos e ansiosos dos alunos, nas novas interpretações da História.

Plano de Aula 3⁹:

Tema: Industrialização no Brasil: período Vargas

Objeto de estudo: Mogi Guaçu, capital cerâmica (memória e cultura material)

Série: 8^a. série – 2^o. Bimestre

Objetivo: apresentar para as novas gerações o passado da cidade de Mogi Guaçu, que lhe concedeu o título de *Capital Cerâmica*, através de métodos históricos que permitam a apresentação de fontes para a construção do conhecimento regional.

Duração da Aula: 50 minutos

⁹ Aula apresentada por Daniel B. Massuia e Valdemir Ferreira, 6^o. Nível, Licenciatura em História, FIMI - Mogi Guaçu, 2008.

Conceitos: memória, cultura material e identidade

Conteúdo Programático:

1. Conceituar cultura material
2. Breve histórico do desenvolvimento industrial de Mogi Guaçu
3. Relacionar o processo de industrialização de Mogi Guaçu com o período Vargas

Justificativa: o tema se enquadra no contexto histórico de Vargas e faz parte do conteúdo programático da proposta curricular do Estado SP.

Competências e habilidades a serem trabalhadas:

C - Ter consciência de que a preservação da memória histórica é um direito do cidadão.

C - Situar as diversas produções da cultura – as linguagens, as artes, a filosofia, a religião, as ciências, as tecnologias e outras manifestações sociais – nos contextos históricos de sua constituição e significação.

H - Identificar o papel e a importância da memória histórica para a vida da população e de suas raízes culturais;

H - Identificar e criticar as construções da memória de cunho propagandístico e político.

Metodologia (Etapas da aula):

1. Trabalho com documentos históricos - apresentação de objetos cerâmicos e fotografias
2. Breve histórico do desenvolvimento industrial de Mogi Guaçu
3. Contextualização do período Vargas
4. Atividade

Recursos Didáticos: Giz, louça, fotografias e objetos cerâmicos.

Reflexões sobre a aula:

O objeto de estudo apresentado acima trouxe para a sala de aula a cultura material como documento histórico. Os objetos cerâmicos produzidos por antigas fábricas de Mogi Guaçu causaram curiosidade e despertaram o interesse dos graduandos. Trouxeram à tona a memória e as práticas cotidianas de antigos trabalhadores das fábricas. Além disso, possibilitou a compreensão do *slogan* que marca a imagem da cidade até os dias atuais, *Cidade Cerâmica*, mesmo ela tendo perdido para outras cidades vizinhas grande parte de suas fábricas de cerâmicas.

O desenvolvimento da aula permitiu que os alunos relacionassem o *slogan* com o momento histórico mais importante para a cidade de Mogi Guaçu, a industrialização ocorrida por volta dos anos 40 do século XX. Puderam perceber a importância e os impactos das indústrias cerâmicas para o desenvolvimento urbano, o meio ambiente e o cotidiano dos habitantes da cidade. Ainda serviu para lembrar que a cerâmica da região era artesanato comum entre os antigos habitantes da região, os índios *caiapó*, e que as técnicas por eles utilizadas, serviram às indústrias, posteriormente.

Também facilitou o aprendizado sobre o processo de industrialização vivenciado pelo Brasil a partir dos anos 30 e favorecido pela política industrialista de Vargas. Desta forma, atesta a importância na história de perceber que o fato histórico (dimensão

micro) adquire sentido relacionado aos processos históricos (dimensão macro), como propõe os PCNs, para a disciplina histórica.

Para Edna Santos, “a aprendizagem da História deve partir do que está mais próximo da realidade do aluno, mas deve também chegar ao conhecimento universal, às imbricações entre “história-*mundi*”, nacional, regional e local”

Para o MEC, “o ensino e a aprendizagem de História estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas.” (MEC, PCNs: 1998, p. 49) [grifo meu]

Não podemos esquecer as dimensões que a História Regional adquire como *locus* de experiências que em seu conjunto constituirão um enredo maior, macro-histórico. Tal discussão vem acalorando os debates acadêmicos nos últimos anos relacionados às dimensões da micro-macro história, e/ou vice-versa. Segundo Ernesta Zamboni, “o processo de construção da história de vida do aluno, de suas relações sociais, situado em contextos mais amplos, contribui para situá-lo historicamente, em sua formação intelectual e social, a fim de que seu crescimento social e afetivo desenvolva-lhe o sentido de pertencer. (ZAMBONI, 1993: 07)

Como afirma Samuel,

A história local não se escreve por si mesma, mas como qualquer outro tipo de projeto histórico, depende da natureza da evidência e do modo como é lida. Tudo pode variar, desde a escolha do tema até o conteúdo dos parágrafos individuais(...). O valor dos testemunhos depende do que o historiador traz, assim como daquilo que ele leva, da precisão das perguntas e do contexto mais extenso de conhecimento e entendimento do qual elas derivam. O relato vivo do passado deve ser tratado com respeito, mas também com crítica: como o morto. (SAMUEL, 1989: 237-39)

Mais do que algumas considerações...

Mais do que conclusão, a intenção aqui é levantar algumas questões sobre o ensino de história na contemporaneidade, levando em conta temas, objetos e documentos valiosos para a *reconstrução* da história pelo aluno, como forma de torná-lo

agente no *devoir* histórico. História local-regional, preservação da memória e desenvolvimento da cidadania são pontos de uma mesma reta que podem transformar o aluno, tornando-o sujeito histórico, agente em seu tempo-espaço.

Cabe ao professor, na elaboração de seu planejamento anual e à escola em seu projeto político-pedagógico priorizarem tais ações. O estreito vínculo entre conteúdos, temas e realidade local, a partir das características socioculturais locais, deve incluir e valorizar questões imediatas à escola e ampliá-las num quadro mais complexo para a realidade nacional. Cabe, sobretudo ao professor, organizar condições para que o aluno realize experiências de aprendizagem em suas mais diferentes linguagens e natureza: cognitiva, afetiva, humana, técnica, comunicacional, entre outras.

Mais uma vez, a responsabilidade sobre o processo de ensino-aprendizagem é dada ao docente, por isso a preocupação dos órgãos ligados à Educação com a sua formação. Segundo Regina Silveira, é importante que a formação do professor “vá além de sua natureza técnica e ultrapasse as fronteiras ligando-se aos saberes globais”. Para ela, o processo de formação, hoje, deve ser “um permanente *devoir*, investigativo, pesquisador, confrontando os saberes formais do conhecimento com os saberes informais das experiências dos professores no seu cotidiano” (SILVEIRA, s/d: 03-05).

Contudo, a interlocução é essencial. O professor não fala sozinho. O trabalho com documentos de história local, com temáticas mais próximas da realidade do aluno, aliadas a uma metodologia criativa podem favorecer tal resultado.

Sobre isso, afirma o MEC que para a disciplina de História, é importante que os alunos aprendam a realizar pesquisas históricas, pois, poderão “discernir e refletir criticamente sobre os indícios das manifestações culturais, dos interesses econômicos e políticos e dos valores presentes na sua realidade social. [...] possam refletir sobre a importância dos estudos históricos e assumir atitudes éticas, criteriosas, reflexivas, de respeito e de comprometimento com a realidade social.” (PCNs, Ensino Fundamental, 1998: 54)

Tal preocupação também se encontra exposta nos PCNs para o Ensino Médio, que avança no sentido de propor que a disciplina histórica ofereça aos jovens condições para identificarem as relações que as diferentes experiências históricas guardam entre si e com outros sujeitos em tempos, lugares e culturas diversas. Essa concepção para o Ensino de História passa pela compreensão da historicidade e pela ressignificação das

suas experiências – tempo (duração) e espaço (social) concebida por meio de uma perspectiva cultural da história.

Limites e dificuldades aparecerão ao longo do processo. Entre eles podemos, de imediato, citar dois: 1. Tempo limitado para preparo das aulas, já que a maioria dos docentes vive entre uma carga elevada de aulas, devido ao baixo valor de sua remuneração (o que alguns críticos do atual sistema educacional brasileiro chamam de proletarização da profissão professor; 2. A dificuldade de acesso a documentos históricos ou ainda, ausência deles, principalmente, nas pequenas e médias cidades brasileiras, em virtude de uma falta de políticas públicas destinadas à preservação da memória local e regional. Além disso, quando os há, ou encontram-se em péssimo estado de conservação, o que inviabiliza o seu manuseio, ou as prefeituras ainda seguem o padrão de arquivar e guardar documentos históricos, organizando-os em grandes coleções para o deleite dos visitantes. Tal prática comprova a existência de uma modelo museológico que coloca nas mãos das elites dominantes o papel de guardiões da memória e história locais.

Limites e dificuldades, com certeza surgirão no meio do caminho, mas é extremamente importante não esmorecer, pois quais transformações na história não passaram por momentos de grandes inseguranças, medos e dúvidas? Fossem elas grandes ou pequenas, entretanto, foram feitas por sujeitos que desejavam e buscavam as mudanças. Optaram por correr o risco. E nós?

Na minha concepção, considero que a experiência com a educação patrimonial pode ser o caminho mais seguro para fazer do ensino de história, além de prazeroso, muito mais rico, já que permite ao aluno a possibilidade de conhecer documentos diversos e fazer leituras variadas sobre um mesmo fato, portando-se como um aprendiz de historiador.

Segundo Regina Silveira, ressaltando a importância que deve ser dada à formação do professor, ela registra a importância deste desafiar a si mesmo, “com o compromisso de formar jovens capazes de protagonizarem sua história e redimensionarem sua capacidade de lidar com a vida” (SILVEIRA, s/d: 03-05). Essencial para a busca de soluções nos difíceis caminhos da História.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 9ª. Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.

_____. **Pátria, civilização e trabalho - o ensino de história nas escolas paulistas**. São Paulo: Loyola, 1990.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

CADIOU, Francois; Et AL. **Como se faz a história – historiografia, método e pesquisa**. Trad. Giselle Unti. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

CARDOSO, C. F. ; BRIGNOLI, H. P. **Os métodos da história**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARDOSO, C. F.. VAINFAS, R. (org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERQUEIRA, Fábio V.; GUTIERREZ, Ester J. B.; SANTOS, Denise O. M. dos; MELO, Alan D.; (Orgs.) **Educação Patrimonial – Perspectivas Multidisciplinares**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2008.

CASCO, Ana Carmen A. J. **Sociedade e educação patrimonial**. In: www.iphan.gov.br, s/d.

EDUCASENSO. Acesso em: <http://educacenso.inep.gov.br/Autenticacao/index>.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Caderno Cedes**. Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005 - Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 15/02/2011.

FONSECA, Selva G. **Didática e Prática de Ensino de História**. 3ª. Ed. São Paulo/Campinas: Ed. Papirus, 2003.

_____. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido**. SP/Campinas: Ed. Papirus, 2007.

GUIMARÃES, Valter Soares. **Formação de Professores – saberes, identidade e profissão**. 5ª. Ed. Campinas, SP: Ed. Papirus, 2010.

GRUNBERG, Evelina. **Educação Patrimonial – utilização dos bens culturais como recursos educacionais**. Disponível em: http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4_tutores/estudos_sociais/materiais/educacao_patrimonial.pdf. Acesso em 15/02/2011.

HORN, G. B. e GERMINARI, G. D. **O ensino de História e seu currículo: teoria e método**. Petrópolis: Vozes, 2006.

HORTA, Maria de L.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999.

MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. **História Contemporânea através de textos**. 11ª. Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2010. (Coleção Textos e Documentos, V.5)

_____. **História Moderna através de textos**. 11ª. Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2010. (Coleção Textos e Documentos, V.3)

MEC. PCNs – **História, Ensino Fundamental e Médio**. MEC, Brasil, 1998.

MEC. PCNs – **Temas Transversais – Pluralidade Cultural**. MEC, Brasil, 1998.

MEC/SEMTEC. **PCN + Ensino médio: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC, 2000.

MONTEIRO, Ana M.; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Orgs.). **Ensino de História – sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2007.

OLIVEIRA, Paulo de S. (Org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. 2ª. Ed. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998.

ORIÁ, Ricardo. “Memória e Ensino de História”. In: BITTENCOURT, C. M. F. (org.) **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. Educação patrimonial: conhecer para preservar. Disponível em: www.portaleducacional.com.br. Acesso em 10/03/2007.

PARÂMETROS CURRICULARES – **Ensino de História**/Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 1997.

PELEGRINI, Sandra C. A. “A Arte e o Patrimônio latino-americano no ensino e na pesquisa histórica”. **Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Campinas, 2006. ISBN 978-85-61621-00. Disponível em : http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro7/sandra_pelegrini.pdf. Acesso em 12/06/2011.

PINSKY, Carla B. (Org.). **Novos temas em sala de aula**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

_____. (Org.). **Fontes Históricas**. 2ª. Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

_____.; De LUCA, Tania R. (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

QUEIROZ, Moema N. A Educação Patrimonial como instrumento de cidadania. In: **Revista Museu**, 2004. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562. Acesso em 12/06/2011.

REIS, Carlos E. **História Social e Ensino**. Chapecó/SC: Ed. Argos, 2002.

SAMUEL, Raphael. “História local e história oral”. **Revista Brasileira de História**, vol 09, no. 19. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1989 (set., pp. 219-243).

SILVEIRA, Regina Lúcia B. L. da. Competências e habilidades pedagógicas. In: **Revista Iberoamericana de Educación**. (ISSN: 1681-5653), s/d. p.03-05.

SOARES, André Luís R.; KLAMT, Sergio C. (Orgs.) **Educação Patrimonial – Teoria e Prática**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2008.

SOARES, André Luís R.; MACHADO, Alexander da S.; HAIGERT, Cyntia G.; POSSEL, Vanessa R.(Orgs.) **Educação Patrimonial – relatos e experiências**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

TAMASO, Izabela M. **Em nome do patrimônio – representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB, 2007. Brasília/DF.

TAMASO, Renata M. **Homens de cor, Pretos e Coloreds - A construção de espaços de sociabilidade dos afro-brasileiros e suas representações em Espírito Santo do Pinhal/SP (1890-1930)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. UNESP/Assis, 2005.

ZAMBONI, Ernesta. “O ensino de história e a construção da identidade”. **História – Série Argumento**. São Paulo: SEE/CENP, 1993.